

Proposições sobre gênero na educação física escolar: as implicações de construções sociais dicotômicas para a perpetuação das desigualdades

Laiza Maria Freitas Almeida¹
Laryssa Batista Mendes de Souza²
Luiz Sanches Neto³
Luciana Venâncio⁴

RESUMO

A educação física escolar (EFE) foi, por mais de um século, apresentada na escola como disciplinadora dos corpos, regida pela dicotomia de gênero com aulas separadas para alunos/as. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, contudo, preconiza que as aulas de EFE promovam oportunidades a partir da equidade e ocorram de forma mista. Assim, há necessidade de discutir sobre as relações de gênero e a participação dos/as alunos/as na escolha dos conteúdos temáticos da EFE. Em um contexto marcado por desigualdades, como a participação da mulher no esporte, durante o século XIX, a função social atribuída às mulheres era apenas de coadjuvantes frente aos maridos ou pais, tendo suas vontades e talentos subjugados e inferiorizados por uma sociedade centralizada na figura masculina. Essas relações binárias enveredam as relações sociais. Desde a descoberta do sexo biológico do bebê no ventre, notamos a mobilização para escolher cores, vestimentas e brinquedos para receber esse novo ser humano e moldá-lo/a a características prévias de masculinidade e feminilidade. Nessa perspectiva, Silva e Martins (2022) apresentam como essa padronização de gênero interfere na exposição e aprendizagem de determinadas práticas esportivas entre alunos/as, as quais não se dão por uma diferença biológica. Os gêneros tornam-se dessemelhantes mais por discursos culturais, que regem desde a vestimenta, as ações e os discursos. A metodologia tem caráter qualitativo para discutir uma proposta sobre construções culturais de gênero e suas pressuposições acerca do feminino e masculino, a partir dos conceitos – do sociólogo Pierre Bourdieu – sobre as configurações sociais ditas para meninos/as, por meio de uma série de referências culturais padronizadas de permissões e repressões. Por fim, a desigualdade entre os gêneros implica em discorrer sobre as construções sociais nas relações das/os alunas/os com os conteúdos temáticos da EFE.

Palavras-chave: Educação Física Escolar, Gênero, Esporte, Cultura, Desigualdade, Justiça Social.

¹ Discente do curso de Educação Física na Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Residência Pedagógica (RP), laizamfreitas5155@gmail.com;

² Discente do curso de Educação Física na Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), llaryssa.batista@gmail.com;

³ Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC), no Instituto de Educação Física e Esportes (IEFEs), e Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de Educação Física. Vice-Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF-UFC) e Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEF-UFRN) luizitosanches@yahoo.com.

⁴ Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará (UFC), no Instituto de Educação Física e Esportes (IEFEs), e Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Residência Pedagógica, no subprojeto de Educação Física. Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF-UFC) e Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEF-UFRN), luciana_venancio@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A Educação Física desempenha um papel crucial no desenvolvimento físico, psicológico e social dos estudantes, promovendo não apenas um estilo de vida ativo, mas também trabalhando valores como cooperação e respeito mútuo que formará o indivíduo para o convívio coletivo. Dito isso, é comum que a atuação da/o professor/a seja permeada por questões sociais, portanto, é indispensável que haja um trabalho pedagógico acerca destas. Sendo assim, visa-se por meio da presente pesquisa a problematização e reflexão no que refere a inserção feminina nas aulas de Educação Física Escolar (EFE).

Ademais, vale salientar que o gênero não é algo inerte, algo que vestimos, mas algo que é cotidianamente repetido e reiterado em nossas ações e discursos (SILVA, 2022). Em virtude da tendência esportivista que foi e é reforçada há séculos na sociedade, é possível perceber a presença da divisão das práticas por gênero e a ausência de criticidade na práxis pedagógica, reproduzindo essa abordagem tradicional fundamentada em estereótipos de gênero, apresentando questões importantes sobre igualdade, inclusão e a influência potencial no desenvolvimento individual dos alunos. Nessa perspectiva, trabalharemos com alguns conceitos apresentados nas teorias do sociólogo francês, Pierre Bourdieu (2012) sobre as relações de dominação entre homens e mulheres, a qual estabelece em todos os espaços e subespaços sociais, como a família, o trabalho, as mídias e a escola. Tal como a força da construção social opera de forma arraigada nos corpos e nas estruturas para a manutenção da relação de dominação.

Visto isso, é evidente que parte da problemática da falta de engajamento nas práticas socialmente masculinizadas, como por exemplo o futebol, está relacionada com os discursos de forma que é possível observar os alunos e alunas reproduzindo comportamentos e falas que reforçam a discriminação. Dessa forma, considerando que a educação é muito mais que apenas a transferência de conteúdos, de acordo com Freire (1967) o papel do educador não é falar ao povo sobre a sua visão do mundo, ou tentar impô-la, mas dialogar sobre elas, compreendendo que as percepções existentes, se manifestam nas várias formas de agir e refletindo a situação no mundo em que se constitui. Portanto, é essencial que tais reflexões orientem a prática docente, visando contribuir para uma educação libertadora/problematizadora, formando indivíduos críticos e evitando a manutenção dessa dicotomia.

METODOLOGIA

Os programas que visam fomentar a formação de professores/as no ensino básico nos cursos de licenciatura são o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em 2018 e o Programa de Residência Pedagógica (PRP). O primeiro contempla os discentes da primeira metade dos cursos de licenciatura e o PRP considera os/as discentes que concluíram pelo menos 50% do curso, com carga horária ampliada. Assim, as horas de regência tem a supervisão e orientação da/o preceptor/a (professor/a da escola responsável, por receber o PRP).

Nesse sentido, a proposta do presente trabalho parte da inserção de duas bolsistas do curso de educação física - licenciatura, uma de cada um dos programas de iniciação à docência, também a coordenadora do PRP e o coordenador do PIBID. Com isso, as bolsistas em diálogos colaborativos sobre experiências na escola, perceberam que compartilhavam das mesmas inquietações. A respeito da participação feminina nas aulas de educação física. Dessa forma, a metodologia tem caráter qualitativo, na forma de um relato de experiência. Segundo a percepção das bolsistas nas escolas-campos voltadas à participação das meninas nas aulas de educação física escolar para turmas do Anos Finais do Fundamental. Tal trabalho pedagógico situou-se em escolas municipais, localizadas na periferia de Fortaleza-Ce.

As discussões propostas na presente pesquisa circundam as construções culturais de gênero e suas pressuposições acerca do feminino e masculino, tal qual essas conjecturas funcionam em princípios de divisões para classificar e distinguir feminilidades e masculinidades. Dito isso, as discussões acontecem a partir dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu sobre as configurações sociais ditas para meninos e meninas sobre uma série de referências culturais padronizadas de permissões e repressões. Portanto, a ótica social apresentada por Bourdieu coteja com as relações das meninas nas aulas de educação física escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

As mulheres foram proibidas por muitos anos de praticar esportes por serem consideradas frágeis, por decretos, leis e afins assinadas por homens (RUBIO, 2021). Assim, como no processo histórico educacional as diferenças propostas para a educação de meninas e meninos, em que as primeiras eram ensinadas para atender as tarefas domésticas, e o segundo afazeres trabalhista para a afazeres trabalhistas para subsidiar os custos familiares (BETERLI, BONA, 2020).

Nesse sentido, vale destacar o processo da mulher brasileira no esporte, como a criação do decreto lei 3199/41, redigido por Getúlio Vargas. O qual pregava a proibição da mulher em praticar futebol ou esportes ditados como violentos para o gênero feminino. Tal decreto o qual foi vigente no Brasil por 40 anos, quando em 1983 foi revogado após lutas femininas e resistências à lei como práticas clandestinas, houve a anulação do decreto.

A educação física escolar por muito tempo apresentada na escola como disciplinadora dos corpos regidas pela dicotomia de gênero. Tal proposta educacional seguia os modelos militares e médicos-higienistas, a qual estabelecia aulas separadas por gênero. Em 1996 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as aulas de educação física escolar passaram a acontecer de forma mista. A partir desses recortes a possibilidade e necessidade de problematizar questões de gênero, a fim de educar para a desconstrução e compreensão de ideias baseados na desigualdade de gênero (DORNELES;FRAGA, 2009).

É possível notar que de acordo com a concepção binária sobre o que é masculino e feminino a maioria dos alunos/as elaboram suas significações para as aulas de educação física escolar (JACO, ALTMANN,2017). Além de atrelarem a educação física escolar apenas a práticas desportivas. Nesse sentido, as/os alunas/os estabelecem sentidos culturais de que as práticas corporais estão atrelados ao masculino. Assim, a concepção de um espaço masculino em que meninas apresentam dificuldades por serem frágeis, inaptas e delicadas. A fim de modificar esse cenário, as autoras discorrem e colaboram com a LDB a respeito da necessidade de desconstrução da naturalidade, questionam o cotidiano e a educação (física) estabeleça práticas que desorganizem a normalidade.

Nesse sentido, a predominância masculina e a evasão feminina nas aulas de educação física escolar, principalmente em práticas de atividades esportivas. Tal qual as relações de gênero e participação nos conteúdos de educação física. Notamos que os meninos ocupam e arriscam-se mais nas aulas não por saberem mais que as meninas mas em virtude de uma

construção social. De forma que elas cedem espaço por não se sentirem capazes, com isso eles dominam (UCHOGA, ALTMANN 2015). Assim, perpetuam essas expectativas de gênero e logram com as maiores oportunidades de aprimorar e desenvolver habilidades.

Uma das possíveis explicações para as meninas evadirem-se de participar de novas práticas são referenciadas pelas expectativas corporais para meninos e meninas, melhores desempenhos que demandam força física e tomadas de decisões ao gênero masculino. Haja vista para Bourdieu tal contexto pode ser explicado pela força simbólica, manifestando-se por sua configuração de poder exercida sobre os corpos de forma naturalizada, apenas (re)produzindo a ordem social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda hoje, frequentemente pais estimulam os filhos a terem experiências com atividades e brinquedos relacionados a manutenção da virilidade masculina, como praticar lutas e demais esportes. Enquanto as meninas são incentivadas a brincarem com bonecas e artefatos domésticos, que envolvam o cuidado (MUSZKAT, 2018). Nesse contexto, destacamos que o corpo é marcado em seu processo de provisório e inacabado na constituição de uma identidade, por categorias sociais como classe, geração, raça/etnia, gênero e sexualidade (DORNELLES, 2012). Assim, nas aulas de educação física escolar é corriqueiro as implicações da cultura na participação ou não das alunas nas aulas e a receptividade dos alunos em dividir o espaço com elas.

Para Bourdieu (2012) às relações de dominação e dominado entre os gêneros pelas divisões constitutivas da ordem social, apoiado em divisões sexuais, em que ao masculino recai o status de dominador e ao feminino a assunção de dominadas a égide dessa configuração social. Por conseguinte, o autor ao analisar e discorrer sobre como essas amarras sociais são reproduzidas de tal modo que as mulheres envolvidas nessa relação de poder, passam a pensar e ações em meio a ótica estabelecida. Como nas aulas de educação física escolar vivenciada pelas autoras em que as práticas dos esportes coletivos os meninos dominavam o espaço da quadra e a bola. Tal qual mesmo com atividades propostas para incluir as meninas, em determinados momentos observava ainda movimentações dos alunos com a bola passando apenas entre os meninos.

A violência de gênero, preconceito e aversão a práticas esportivas femininas são fatores que contribuem para o receio a repulsa delas aos esportes, conseqüentemente a evasão delas, por discursos discriminatórios aos corpos femininos, caracterizados como incapazes no discurso perpetuador de desigualdades de gênero (SILVA, MARTINS,2022). Assim, observamos nisso os efeitos das meninas desde a infância não serem incentivadas e ao esporte como um ambiente em que seus corpos são passíveis de êxitos, de sentir prazer e/ ou construir uma carreira sólida no esporte.

Nesse sentido, para Bourdieu (2012) a relação das estruturas para manutenção de dominação entre os homens e as mulheres são estabelecidas em todos os espaços. Como no ambiente escolar em geral essas relações de dominação são percebidas seja no intervalo escolar, em que os meninos na maioria das vezes vão prevalecer e ocupar os espaços disponíveis para realizar alguma prática corporal. A vista disso tais configurações caracterizam quais os corpos e movimentos são esperados para cada gênero (WENETZ, STRIGGER, 2006).

Segundo Martins et al. (2022), as meninas apresentam uma quantidade inferior de prática nas aulas de educação física escolar em relação aos meninos. A autora apresenta a separação de vivências conforme o gênero que alguns/as professores/as perpetuam afirmando uma superioridade masculina, relacionado a diferenças biológicas. No entanto, tal discurso fomenta a concepção de que meninas são menos habilidosas e incapazes. Ao reproduzir tal proposta, os/as professores/as acabam perpetuando a desigualdade de participação nas aulas entre meninas e meninos, em que eles reivindicam por mais tempo e espaço, coagindo as meninas a não se arriscarem a participar, ocupando apenas a periferia da quadra.

Sendo assim, é fundamental (re)pensar, instigar, questionar sobre corpo, masculinidades e feminilidades hegemônicas nas aulas de educação física escolar e na sociedade (JACO, ALTMANN, 2017). Para que efetivamente ocorra a reconfiguração de equiparação de gênero, pois o fato simplório de ter meninas nas práticas não significa envolver se, porque há a possibilidade de estarem apenas como figurantes. Assim, discutir e desconfigurar normas pré estabelecidas com as/os alunas/os para que práticas em coletivo ocorram e a permanência nos espaços sejam compartilhadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos traçados para este escrito a partir de reflexões sobre o sobre as relações de gênero e a participação dos/as alunos/as nas aulas de EFE, a partir das vivências

das bolsistas dos programas de iniciação à docência - PIBID e RP - as desigualdades de gênero são (re)afirmadas mesmo com documentos que preconizam que aulas de EFE ocorram de forma mista, as meninas ainda não participam das aulas práticas da mesma forma que os meninos. Tais desigualdades de participação entre os gêneros como apresenta Bourdieu (2012) estabelecem relação com as instituições, como a escola para a manutenção das diferenças entre os gêneros. As quais precisam ser questionadas e modificadas.

Consideramos a igualdade de gênero como um valor fundamental na sociedade contemporânea mas a divisão de aulas de Educação Física com base no sexo pode e deve ser questionada, uma vez que a promoção de ambientes mistos pode contribuir para uma compreensão mais equitativa e inclusiva das capacidades físicas e habilidades esportivas, desafiando estereótipos tradicionais.

Portanto, concordamos que é válido refletir sobre a construção de gênero que estabelecem determinados significados conforme os princípios de suas relações culturais no campo escolar e exterior a ele. Assim, vale ressaltar que a intervenção pedagógica deve preocupar-se não só em variar as atividades como também em fomentar um ambiente seguro para que elas sintam se capazes de participarem como protagonistas assim como a maioria masculina, além de ser um momento de romper com determinados estereótipos e preconceitos, tendo como possibilidade a adoção da abordagem crítica como direcionamento da práxis para viabilizar a mudança desse cenário segregador.

REFERÊNCIAS

B, E. R.; B, B. C. Relações de gênero nas aulas de educação física do ensino médio no município de Jacinto Machado-SC. **Criar Educação**, Criciúma, v. 9, nº1, jan/jul 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: KUHNER, M. H. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DORNELLES, P.G.; FRAGA, A. B. . Aula mista versus aula separada? Uma questão de gênero recorrente na Educação Física escolar. **Rev. Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, v. 01, p. 141-156, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1967.



JACO, J. F.; ALTMANN, H. **Educ. foco**, Significados e expectativas de gênero: olhares sobre a participação nas aulas de educação física. Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 1-26, jun 2017.

SILVA, B. S. ; MARTINS, MARIANA ZUANETI . Jogar futebol como uma garota: relações com o saber e os estudos de gênero. **Cenas Educacionais (CEDU)**, v. 5, p. 1-31, 2022.

UCHOGA, L. A. R. ALTMANN, H. Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. **Rev Bras Ciênc Esporte**. 2016;38(2):163---170.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2015.11.006>

WENETZ, I. STRIGGER, M. P. A Construção do Gênero no Espaço Escolar. **Motrivimento**, , Porto Alegre, v.12, n. 01, p. 59-80, 2006.